

ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA  
EM 16 DE SETEMBRO DE 2004

PRESIDENTE : EXMO. SR. MINISTRO PAULO GALLOTTI  
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA : EXMO. SR. DR. SAMIR HADDAD  
SECRETÁRIO : Bel. ELISEU AUGUSTO NUNES DE SANTANA

Às 14:00 horas, presentes os Exmos. Srs. Ministros NILSON NAVES, HAMILTON CARVALHIDO, PAULO MEDINA e HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, foi aberta a sessão.

Lida e não impugnada, foi aprovada a ata da sessão anterior.

P A L A V R A S

O EXMO. SR. MINISTRO PAULO GALLOTTI (PRESIDENTE): Senhores Ministros, se V. Exas. me permitem, registro o falecimento, ocorrido ontem, em Santa Catarina, do Desembargador Ernani Palma Ribeiro, para nós uma figura simbólica de juiz.

Quando presidi a Associação dos Magistrados Catarinenses, por duas vezes, tive a honra e felicidade de tê-lo como Vice-Presidente da entidade. Amigo de sua família, registro a importância do Desembargador Ernani na defesa do Poder Judiciário e de seus integrantes.

O Desembargador Ernani, ser humano extraordinário, destacou-se nacionalmente por ocasião da realização de um show há mais de 30 anos, quando o conhecido artista foi preso por ser encontrado em seu poder uma pequena quantidade de maconha. O Juiz da Vara Criminal a quem foi distribuído o feito era Ernani Palma Ribeiro.

O Delegado de Polícia responsável pelo flagrante não admitia que Gilberto Gil participasse do espetáculo.

Em decisão inédita e corajosa, até pela época do fato, o Juiz Ernani Palma Ribeiro permitiu que Gilberto Gil saísse da cadeia para participar do espetáculo, que era aguardado ansiosamente pela população da Capital catarinense, com o compromisso de retornar à prisão posteriormente, o que foi cumprido.

Por isso, o Juiz Ernani Palma Ribeiro veio a ser elogiado em editorial do Jornal do Brasil, cujo exemplar, em um quadro, ele guardava carinhosamente e o exibia com orgulho.

É com muito pesar que faço registro da morte de um grande amigo, com a anotação na ata de nossos trabalhos e comunicação à família do Desembargador Ernani Palma Ribeiro.

Encerrou-se a sessão às 18:05 horas, tendo sido julgados 170 processos, ficando o julgamento dos demais feitos adiado para a próxima sessão.

Brasília, 16 de setembro de 2004.

MINISTRO PAULO GALLOTTI

Presidente da sessão

ELISEU AUGUSTO NUNES DE SANTANA

Secretário